

XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã / Mídia Cidadã

**Tema central:
Comunicação Cidadã: gênero, raça, diversidade e redes
colaborativas no contexto da pandemia**

22 a 24 de junho de 2021, online

Iniciativa e Realização

Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular,
Comunitária e Cidadã - **ABPCom**
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – **UNESP**
Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design– **FAAC**
Departamento de Comunicação Social – **DCSO**

A adaptação da escola em um contexto de comunicação para a cidadania: reflexões sobre os dilemas da educação no Brasil contemporâneo ¹

Camila Cristina de Oliveira Moreno

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Octavio Penna Pieranti

Professor do Mestrado em Mídia e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de
Mesquita Filho”

Resumo

As tecnologias reconfiguraram a sociedade e seu modo de se comunicar, e é papel da escola promover o olhar crítico dos educandos em meio às informações que recebem constantemente. Este artigo tem como objetivo discutir a adaptação da escola em um contexto de comunicação para a cidadania. Com base em revisão bibliográfica, ao longo do artigo discute-se como o meio digital interfere na forma de aprender, a nova demanda educacional e as dificuldades encontradas no percurso. Constata-se que, embora uma porcentagem

¹ Trabalho apresentado no GT 1 – **Meios e processos de comunicação para a cidadania** da XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã 2020-2021, de 22 a 24 de junho de 2021, na modalidade online – realizada pela ABPCOM – Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã e UNESP – Universidade Estadual Paulista / FAAC – Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Departamento de Comunicação.

considerável das escolas no país esteja equipada com recursos tecnológicos, ainda é preciso que políticas públicas se voltem à formação dos educadores à promoção da educação midiática para a cidadania.

Palavras-chave: Escola; Tecnologia; Cidadania; Educação Midiática.

Introdução

O grau de desenvolvimento tecnológico contemporâneo, a profusão de mídias e a massificação do acesso ao mundo digital – bem como o caráter parcialmente excludente desse acesso – forçam uma reflexão sobre a educação. Cabe pensá-la sob diversos aspectos e aqui, neste artigo, em consonância com o objetivo do grupo de trabalho, os autores se propõem a discuti-la sob o viés da construção de processos de comunicação centrados na busca da cidadania, compreendida em sua dimensão de garantia de direitos e de participação social.

Assim, o objetivo deste artigo é discutir a adaptação da escola em um contexto de comunicação para a cidadania. Essa reflexão será contruída a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema.

Na próxima seção deste artigo, serão apresentadas, de forma breve, características de uma sociedade hiperconectada, ponto de partida da análise que segue. Na sequência, a reflexão volta-se para como a tecnologia tem afetado a educação. A seguir, antes das considerações finais, os autores exploram uma abordagem conceitual de um ensino voltado à cidadania.

Características da sociedade hiperconectada

A sociedade contemporânea é marcada pela era digital e tecnológica, configurada pela conectividade virtual em tempo real e permanente em âmbito mundial. Essa sociedade globalmente interligada em sistemas de rede traz uma nova concepção e reconfiguração da sociedade. Castells (1999) chega ao extremo de constatar que, a sociedade foi reconfigurada de tal maneira que não se pode mais dissociar sociedade de tecnologias, sendo a mesma caracterizada por suas ferramentas tecnológicas, e a própria tecnologia equivalente à sociedade. A velocidade com que tem acontecido o aprimoramento e a evolução das tecnologias no último século, apontado pelo autor como revolução tecnológica, acabou por

mudar o paradigma voltado para as tecnologias da informação e comunicação (TIC) para um centrado nas tecnologias em redes.

Tal evolução, segundo Pinto (2005), surge de acordo com as necessidades que a sociedade vigente demanda. Dada a realidade da atual demanda social, há uma procura cada vez maior por recursos que facilitem nos afazeres que demandam muito tempo, como, por exemplo, ir ao banco para realizar transferências, pagar contas, realizar depósitos, entre outras tarefas. Com smartphone, computadores portáteis ou qualquer outro equipamento que esteja conectado à internet, é possível realizar todas essas atividades, dentre outras, a partir de um único terminal Jenkins (2008) aponta esta concepção como a cultura da convergência, definindo-a como:

“Fluxo de conteúdos através de múltiplos suportes midiáticos, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam” (JENKINS, 2008, p. 27).

Com a expectativa de que essa comunicação se ampare em uma perspectiva cidadã, são necessárias competências e habilidades relacionadas a uma responsabilidade social ao se comunicar, e não apenas reproduzir informações de forma indiscriminada. É preciso ter a capacidade de buscar fontes diversificadas, ler e interpretar os conteúdos abordados, refletir e avaliar, antes de transmitir, compartilhar e até mesmo apenas consumir as informações do ambiente digital (Jones-Kavalier; Flannigan, 2006).

Na era da informação, da conectividade e da dependência de estar interligado à rede a todo momento, a cultura da participação se define como o simples fato de criar todo tipo de conteúdo que possa ser compartilhado entre outras pessoas, colaborando com a construção social e cultural (SHIRKY, 2011). Para Rossini (2014), as ferramentas tecnológicas, em conjunto com a internet, podem empoderar o cidadão em diferentes âmbitos, tornando possível a livre expressão e a participação na esfera política, direta ou indiretamente.

É sempre necessário ressaltar que esse cenário de acesso contínuo ao mundo digital e as potencialidades de uma comunicação cidadã neste âmbito, mesmo que sendo objeto de debate acadêmico, ainda está distante, na prática, de parte significativa da sociedade

brasileira. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC) 2018, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelou que uma em cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso regular à internet. Esse dado aponta a enorme desigualdade social que ainda vigora no país, impossibilitando que a informação chegue a todo cidadão. Para uma sociedade movida pela informação, em que a virtualização engloba todos os setores da sociedade, é imprescindível a reflexão e reajuste das políticas públicas em inclusão, proporcionando acesso à informação, interação e conectividade a toda sociedade.

Como a tecnologia tem afetado a educação

O art. 205 da Constituição Federal, como sabido, estipula a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”, devendo ser “promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Contudo, não basta ser garantido por lei, se as políticas públicas não se voltam para atender as necessidades básicas da educação.

Na reconfiguração das estruturas sociais, a educação tem sido afetada de modo direto com a globalização e o uso das mídias. José Manuel Moran (2000) aponta que a área educacional tem sido constantemente pressionada por mudanças didáticas para acompanhar tal evolução tecnológica, já que os alunos estão, em sua maioria, conectados. A metodologia educacional é considerada linear e difere da dinâmica oferecida pela Internet e da interatividade que as redes sociais proporciona. Portanto, se cobra a remodelação das estruturas metodológicas para que possa ser coerente com a realidade da sociedade vigente (FLUSSER, 2007).

Essa transformação da educação não deve se descuidar de elementos que lhe são fundamentais e que, mesmo em cenários pretéritos, foram decisivas para a adoção de uma abordagem emancipatória e cidadã. Para Moran (2000, p. 12), “educar é ajudar a integrar todas as dimensões da vida, a encontrar nosso caminho intelectual, emocional, profissional, que nos realize e que contribua para modificar a sociedade que temos.” O papel da educação vai além da simples transmissão de informações. O método construtivista de Jean Piaget - traduzido e disseminado no Brasil pela autora e educadora Emília Ferreiro (1984), dentre

outras - adota uma concepção educacional em que o aluno aprende a partir de suas próprias experiências e constrói seu conhecimento com a mediação do professor. Não se transmite conhecimento, e sim informações. O professor é o mediador, e não o detentor de todo conhecimento. Partindo-se do pressuposto de que o indivíduo aprende a partir de suas próprias experiências, há de se refletir ainda mais sobre trazer para a escola ferramentas que fazem parte do cotidiano do aprendiz.

Embora as escolas estejam se adequando e equipando, pode-se dizer que a velocidade do preparo para essa estrutura não acompanha os avanços da própria tecnologia, muito menos acompanha o ritmo dos alunos com relação ao uso constante dos recursos midiáticos. De acordo com a pesquisa realizada na primeira fase do Censo Escolar 2020, produzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no ensino fundamental, 97,6% das instituições particulares têm acesso à rede mundial de computadores; na rede estadual, 92,1%; e, na rede municipal, esse percentual cai para 64,7%. Há de se preocupar com tais resultados, levando em conta o estágio de desenvolvimento tecnológico da sociedade. A partir desses dados fica o questionamento de como a escola consegue acompanhar os avanços tecnológicos e se adequar aos moldes da realidade do aluno, sem a estrutura necessária para tal.

Outra dificuldade que a escola enfrenta ao tentar se adaptar à era digital é a nova demanda de alunos, que frequentam a escola já saturados com o fluxo de informação que recebem diariamente. Já na primeira infância as crianças são expostas a um fluxo gigantesco de informação e interação com os diversos meios de comunicação. L'Ecuyer (2019) contesta o uso imoderado dos mesmos, e afirma que esse contato exagerado tem contribuído para a crise educacional. A natureza do ser criança é naturalmente acompanhada da curiosidade, do desejo de descobrir, de aprender, de explorar, e isso é algo ativo. De acordo com a autora, uma criança com contato direto com as mídias de forma deliberada e por longos períodos tem sua curiosidade e criatividade oprimida, e acaba se transformando de um ser ativo para um ser passivo. Além disso, tende a se tornar mais ansiosa, aborrecida e viciada na estimulação externa. É esta demanda que a escola acolhe: alunos cada vez mais desmotivados a buscar, explorar e construir seu conhecimento.

Moran (2000) concorda com as afirmações de L'Ecuyer (2019), afirmando que o consumo massivo das informações multimídicas e a quantidade de conexões e estimulações externas instigam a prevalência de estimulantes visuais, leituras em flash, no conjunto, com

significações temporárias e interpretações rápidas. Nessa perspectiva, a super estimulação tem contribuído para a formação de indivíduos acostumados a informações resumidas, e fomenta a falta de interesse em pesquisar, interpretar por si mesmos, e explorar a fundo os objetos de estudo. É possível notar a dificuldade que o professor tem em estimular seus alunos na busca de conhecimento com a metodologia usual que a escola é acostumada a trabalhar.

Nesta era da informação e conexão em rede, o acesso a qualquer tipo de informação é rápido e de fácil acesso. Isso se reflete na necessidade de se aprimorar a pedagogia voltada às tecnologias (GABRIEL, 2013). Na era digital é preciso ter criatividade, iniciativa e pensamento crítico para solucionar os problemas educacionais.

Para Demo (2004), educar é um “Processo dinâmico, complexo não linear, de teor auto poético, hermenêutico, tipicamente interpretativo, fundado na condição de sujeito que participa desconstruindo e reconstruindo conhecimento” (DEMO, 2004, p. 60). E é nesse sentido que a educação tem que se valer ao repensar sua práxis, apesar de todos os desafios que encontra no percurso. E para despertar a curiosidade do aluno na busca do conhecimento, é preciso que a escola deixe de ser linear e busque metodologias ativas.

Pensando no contexto em que o aluno passa a ser protagonista de sua aprendizagem, e a fim de regulamentar a educação em âmbito nacional, o Ministério da Educação, em conjunto com educadores de todo o Brasil, elaborou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Como aborda a BNCC (2017), um aluno mais participativo, de uma forma geral, tende a ser mais comprometido e engajado na sua formação educacional e pessoal. Num cenário em que a tecnologia está imersa na sociedade, e vice-versa, a BNCC incorpora em seu texto uma competência que engloba a educação mediática, referida como “cultura digital”. De acordo com o texto, a competência destinada à cultura digital tem o seguinte objetivo:

“Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva” (BNCC, 2017, p. 9).

A BNCC se faz necessária, porém, de acordo com os dados citados, para que se possa caminhar rumo à educação de qualidade que vise a formação integral do sujeito, com foco em sua construção como cidadão, faz-se necessária a atuação estatal e, mais especificamente, a implementação de políticas públicas compatíveis com essa finalidade. Nesse sentido, podem ser citados, como exemplos, o Programa Um computador por aluno (PROUCA) e o Programa Nacional de Tecnologia Educacional (Proinfo). O PROUCA foi instituído pela Lei nº 12.249, de 14 de junho de 2010 e, visa promover a educação digital pedagógica nas escolas públicas mediante o uso de laptops exclusivamente em ambiente escolar. Já o Proinfo, criado pelo Ministério da Educação em 1997, visa o uso de computadores com conteúdos educacionais. Tais recursos são disponibilizados mediante um cadastro e a seleção dos programas, e contém um sistema operacional que facilita o uso e também garante a segurança em rede dos alunos.

No entanto, para Moran (2013), não se pode apenas oferecer os recursos e acreditar que o problema está resolvido. Para mudanças significativas também é preciso mudar a postura do corpo docente em relação à sua didática. Diante deste pensamento, fica o seguinte questionamento: o professor é realmente preparado para utilizar os recursos tecnológicos em sala de aula, com o objetivo de promover a educação mediática com seus alunos?

Por onde começa a abordagem do ensino para a cidadania?

Um ponto de partida para tratar do questionamento-título desta seção é a percepção de que uma educação de qualidade envolve um trabalho colaborativo entre todos os envolvidos - Estado, escola, alunos e professores. Um depende do outro para que se crie um ambiente propício ao processo de ensino/aprendizagem.

A docência sempre enfrentou o desafio de se adaptar às mudanças no decorrer da história. O professor carrega consigo a tarefa de procurar novas formas de ensino e meios para conquistar a atenção dos alunos. Com a rapidez que a tecnologia evoluiu, a escola deve estar em constante atualização para se adaptar às mudanças.

Numa abordagem que vem do ensino tradicional, o professor exerce o papel de filtro das informações, passando para o aluno apenas os conteúdos definidos pelo sistema. Na sociedade atual, esse papel docente passa a ser essencial para criar condições para o próprio aluno avaliar e filtrar as informações pertinentes. Tal validação das informações de forma

reflexiva possibilita ao aprendiz a construção de significados, uma das habilidades principais na era digital (GABRIEL, 2013).

Tendo isso em vista, não se descarta o papel do professor por não ser mais a ponte que ligava o aluno às informações. Pelo contrário. Mais do que nunca o docente se faz necessário para a formação do cidadão, que requer a prática em educação midiática, bem como trabalhar essa habilidade com os alunos. Os pilares da Educação Midiática estão presentes na BNCC e são parte fundamental para a formação integral do sujeito. A BNCC menciona que o papel de tal habilidade é desenvolver no educando o senso crítico para que possa analisar informações, estabelecer conexões, compreender a relevância das mídias, o que está por trás de quem produz o conteúdo e como o consumidor da informação recebe o conteúdo. Isso é fundamental para dialogar com a construção de uma educação, ao mesmo tempo, consoante com as condicionantes tecnológicas do tempo presente e ancorada em um processo de comunicação cidadã.

Depara-se, contudo, com obstáculos consideráveis para a educação midiática, como a falta de preparo na formação do professor e a relutância em incorporar os recursos tecnológicos em sala de aula. Como mencionado anteriormente, os alunos estão habituados com uma nova forma de buscar as informações, de se comunicar e direcionar sua atenção.

Para Moretto e Dametto (2018), esse enquadramento gera receio por parte dos professores em usar as tecnologias em suas aulas, muitas vezes proibindo o uso das mesmas pelo aluno, fazendo pequenas concessões, mas sem modificar o essencial. Muitos professores, por trazer uma carga tradicional de ensino, sentem o descompasso relacionado ao domínio das mídias por parte dos alunos, e, por vezes, não querem demonstrar o que consideram fraqueza ao revelar suas dificuldades com os recursos tecnológicos para seus aprendizes. Tal receio acaba reforçando o comportamento controlador, repressor e repetidor em sala de aula (MORAN, 2013). Nesse viés se encontra um enorme erro, pois faz com que o aluno perca o interesse, além do professor perder possibilidades riquíssimas de envolvê-lo com experiências participativas e estimular potenciais.

Moura e Brandão (2013), com a finalidade de compreender o suposto receio acerca do uso dos recursos tecnológicos no fazer pedagógico, realizaram uma pesquisa com educadores. Notaram que parte deles assume que pouco os utilizam, e, quando o fazem, voltam-se mais para reprodução que para a criação de conteúdos, pois afirmam que a utilização dos mesmos não é fácil. Contudo, notam-se alguns esforços por parte do corpo docente em aprimorar sua

prática e conhecimento. Mesmo ciente da carência de mudança, os profissionais se sentem inseguros de como fazê-la e não sabem por onde começar. A cobrança tem sido forte pelos setores da sociedade, porém sem oferecer condições e formação básica para os docentes (MORAN, 2013).

Já se fala sobre a utilização das tecnologias na formação universitária em conferências, pesquisas e eventos científicos, em que se discursa sobre as potencialidades que refletem na educação básica. É preciso redefinir o currículo para que o modelo seja aberto ao contexto social, e seja flexível para possibilitar a inclusão de conteúdos e ferramentas, referente aos recursos digitais. Às universidades cabe adequar seu processo formativo, o desenvolvimento e didática para trabalhar com a educação midiática (APARICI, 2014). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996) prevê que a universidade deve:

“Art. 43. (...)

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive”.

Por mais que o referido artigo seja de vital importância na formação docente, é possível notar que a educação midiática e uma didática voltada para tal não são exigidas nos cursos de licenciatura. Trata-se de uma falha na formação de professores que entram nas salas de aula despreparados numa sociedade que vive a tecnologia. Mesmo considerando a importância de uma formação inicial, há de se levar em conta que ela, por si só, não atende a atual demanda que está em constante mudança. Durante a graduação, os educandos de pedagogia e outros cursos de licenciatura obtêm conhecimentos indispensáveis para a sua prática pedagógica futura. Reconhecendo que os cursos de licenciatura não abrangem, de forma integral, o contexto midiático em seu currículo e a constante mudança na sociedade, a formação continuada do professor é imprescindível.

Nóvoa (2002) defende que a quantidade de cursos não constrói uma formação de qualidade, se não for acompanhado de um trabalho reflexivo e crítico sobre as práticas pedagógicas. Tanto a formação inicial quanto a continuada devem assegurar ao professor uma

reflexão acerca dos meios tecnológicos para a democratização educacional e tendem a estimular profissionais engajados. Na busca de aprimoramento profissional, o educador se coloca como um protagonista do fazer pedagógico e fortalece o processo de ensino e aprendizagem (VALENTE e ALMEIDA, 1997). De acordo com Kenski (1998), qualquer tipo de recurso tecnológico presente no processo educativo é apenas uma ferramenta mal utilizada, se não houver um profissional capacitado para utilizar de forma enriquecedora. Cabe ao professor promover um contato pedagógico entre as ferramentas digitais e o fluxo de informações com o aluno.

Considerando todos os fatores pertinentes, faz-se necessário um aprimoramento dos docentes quanto a uma maior compreensão no que implica a implementação dos recursos midiáticos. Moran (2013) defende que é preciso mais do que apenas ferramentas tecnológicas para uma mudança na educação. Para ele, são necessários educadores, gestores e alunos comprometidos, sensatos, maduros no sentido intelectual, emocional e ético. Educadores, enfim, que saibam dialogar e motivar, que instiguem a curiosidade e o entusiasmo, pois, dessa forma, se estabelecem conexões enriquecedoras. O autor ainda ressalta as características de educadores marcantes, que não atraem apenas pelas ideias, e sim pelo contato pessoal que criam ao aproximar a prática da vivência, transmitindo bondade, compromisso e competência em todos os âmbitos de suas relações:

“Há sempre algo surpreendente, diferente no que dizem, nas relações que estabelecem, na sua forma de olhar, na forma de comunicar-se, de agir. E eles, numa sociedade cada vez mais complexa e virtual, se tornarão referências necessárias” (MORAN, 2013, p.90).

É papel do cidadão defender e reivindicar os interesses da coletividade por meio da participação na esfera pública, e levar em consideração o potencial transformador do diálogo, essencial no debate sobre políticas públicas. Segundo Socher (2010), o lugar que o cidadão ocupa é central e de vital importância para orientar os processos interventivos na realidade social, e o torna responsável por essa articulação. Para exigir que o cidadão assuma seu papel de ator principal na busca de soluções sociais, é preciso incentivar que a reflexão aconteça na sociedade em diversos níveis de conhecimento, principalmente na educação, a base para um cidadão participativo e colaborativo.

O autor vislumbra dificuldades de consenso, relacionados a baixos índices da participação da população na esfera das políticas públicas. Em um mundo globalizado, é fundamental que existam condições para que todos os cidadãos possuam acesso democratizado às tecnologias e à internet, como forma de políticas públicas, provenientes do Estado e dos atores sociais que se estabelece, desenvolvendo a democracia social e evitando as desigualdades que transcende o cenário atual.

Paulo Freire aborda, em suas obras, o papel transformador da educação e a coloca como agente revolucionário social. Para o educador, o estudante precisa aprender a ler o mundo para poder transformá-lo, pois a educação não pode ajudar no conformismo social (FREIRE, 1983; FREIRE, 1987; FREIRE, 1996).

Como referido anteriormente, diante da expansão mediática e sua inferência na reconfiguração dos moldes da sociedade, a escola precisa passar por uma transformação para exercer seu papel de facilitador do conhecimento e agente transformador. De acordo com Shirky (2011), nos dias atuais as pessoas têm o poder de compartilhar informações e produzir conteúdos de maneira colaborativa e empreender coletivamente sem a interferência de organizações como empresas ou religiões. O que antes não era possível, pois não se acreditava que pessoas poderiam se reunir e se organizar por conta própria, hoje é possível devido ao avanço dos meios tecnológicos e da constante inovação.

A cultura da participação se define como o simples fato de criar algo para ser compartilhado entre outras pessoas no âmbito global, ajudando na construção social e cultural (SHIRKY, 2011, p. 129). O público tem anseio em interagir entre si, buscando a visibilidade digital e, com isso, permitindo a interação de diversos grupos. Por isso se faz tão necessário o trabalho com educação midiática dentro das salas de aula. Cecílio (2019) reflete sobre a abordagem colaborativa entre professores e alunos nos contextos digitais e podem aprender juntos. Para tanto, é fundamental que haja criatividade, experimentação, diálogo e pensamento crítico. Com as metodologias ativas selecionadas de forma correta, há de se alcançar os benefícios para a educação que gradativamente se distancia do mundo do aluno, perdendo cada vez mais seu interesse.

Freire (1987) afirma que ninguém liberta ninguém ou se liberta sozinho, sendo preciso que os homens se libertem numa ação mútua. O homem é um ser social e não vive isolado, por isso o educador deve assumir o seu papel de estimular e conscientizar o aluno do seu papel social.

O trabalho reflexivo mediante as novas metodologias da cultura digital não deve ser considerado apenas um aditivo para a educação, mas sim uma necessidade. Mesmo antecedendo a era digital, a compreensão freiriana sobre a prática para a liberdade se encaixa com a nova realidade social, totalmente tecnológica, e condiz com a cultura de difusão, produção e compartilhamento do saber, como afirma Cecílio (2019). As possibilidades do novo fazer pedagógico vão ao encontro das necessidades contemporâneas e utilizam os recursos digitais para a educação midiática, a favor da construção do conhecimento e humanização.

Considerações finais

Mesmo com caráter parcialmente excludente, o acesso massificado a recursos digitais tem dado voz ao cidadão e acesso amplo aos meios de comunicação em rede, possibilitando conexões e troca de informações de forma sem precedentes. As conexões permitem que se tenha contato com acontecimentos em tempo real em âmbito mundial, participação na política e as mais diversas formas de interação e comunicação. A atual reconfiguração da sociedade em função do uso de tecnologias abrange diversos âmbitos e a educação não fica de fora dessa remodelagem.

Com uma metodologia historicamente tradicional, o setor educacional é um dos que apresenta dificuldades em se adaptar aos novos padrões. Mudanças nas políticas públicas, na infraestrutura da escola, na formação inicial e continuada do professor e na sua conscientização em educação midiática são fundamentais para que se alcance o interesse do aluno e o envolva na construção do seu conhecimento. É preciso o trabalho colaborativo de todos os envolvidos, bem como seu comprometimento em todo o processo educativo. Um não caminha se o outro não desempenhar seu papel com responsabilidade, pois o uso das tecnologias por si só não promove a educação e cidadania. Sem políticas públicas o acesso democrático às redes dentro das escolas não acontece. Sem recursos tecnológicos não ocorre a educação midiática, e muito menos se aproxima o aluno do objeto de estudo dentro do atual contexto midiático em que estão inseridos. Sem a formação adequada e o comprometimento docente a educação midiática voltada para a educação e para a cidadania não é possível.

Numa sociedade hiperconectada o papel da educação se faz mais necessário ainda, pois apenas ter acesso à informação não garante que o sujeito construa conhecimento, nem

que busque a transformação de sua realidade. Para isso, como se procurou afirmar ao longo deste artigo, a comunicação cidadã está relacionada a uma educação voltada para que os alunos aprendam a buscar informações, aprendam a filtrá-las e que aprendam também a refletir sobre as mesmas e ressignifiquem seu aprendizado. Uma educação com vistas ao exercício da cidadania requer uma abordagem problematizadora, gerando conscientização do papel social do sujeito.

Por fim, resta apontar que é possível e desejável utilizar a tecnologia para enriquecer a busca do saber, fomentar a pesquisa, diversificar a forma de como o sujeito constrói seu conhecimento. A sociedade pede cidadãos reflexivos e transformadores. A compreensão da realidade social e política requer uma leitura de mundo crítica para ser de fato transformadora, para resistir à massificação e se opor à alienação.

Referências

- APARICI, R. **Educomunicação para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, 2014.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.
- BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96**. Brasília: MEC, 1996.
- BRASIL. **ProInfo: Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/proinfo>>. Acesso em: 07 mai. 2021.
- BRASIL. **PROUCA: Programa um computador por aluno**. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/proinfo/eixos-de-atuacao/programa-um-computador-por-aluno-prouca>>. Acesso em: 07 mai. 2021.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. Volume I. 8ª edição revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DEMO, Pedro. **Aprendizagem no Brasil: ainda muito por fazer**. Porto Alegre: Mediação, 2004.
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

FLUSSER, Vilém. **O Mundo Codificado. Por uma Filosofia do Design e da Comunicação.** São Paulo, CosacNaify, 2007.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** 6. ed. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GABRIEL, M. **Educ@r - A (r)evolução digital na educação.** São Paulo: Saraiva, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PNAD Contínua 2018: educação avança no país, mas desigualdades raciais e por região persistem.** Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/24857-pnad-continua-2018-educacao-avanca-no-pais-mas-desigualdades-raciais-e-por-regiao-persistem>> Acesso em: 05 mai. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo Escolar.** Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>> Acesso em: 05 mai. 2020.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência.** São Paulo: Aleph, 2008.

JONES-KAVALLIER, B.; FLANNIGAN, S. **Connecting the Digital Dots: Literacy of the 21st Century.** 2006. Disponível em <<http://connect.educause.edu/Library/EDUCAUSE+Quarterly/ConnectingtheDigitalDotsL/39969>> Acesso em: 12 mar. 2021.

KENSKI, Vani Moreira. **Novas tecnologias: o redimensionamento do espaço e do tempo e os impactos no trabalho docente.** Revista Brasileira de Educação. n.08, p. 58 -71 mai/ago. 1998.

L'ECUYER, Catherine. **Educar na realidade.** São Paulo: Fons Sapientiae, 2019.

MORAN, José. **A Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** 5ª Ed. Campinas: Papyrus, 2013.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** In: José Manuel Moran, Marcos T. Masetto, Marilda Aparecida Behrens. Campinas-São Paulo: Papyrus, 2000.

MORETTO, I.; DAMETTO, J. **Desafios educacionais da era digital: adversidades e possibilidades do uso da tecnologia na prática docente.** Revista Perspectiva, v. 42, n. 160, p.

77-87. Disponível em <https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/160_736.pdf> Acesso em: 07 mai. 2021.

MOURA, E.; BRANDÃO, E. **O uso das tecnologias digitais na modificação da prática educativa escolar**. Revista Científica Fazer, v. 1, n. 1. 2013, p. 1-17. Disponível em <<https://docplayer.com.br/5008361-O-uso-das-tecnologias-digitais-na-modificacao-da-pratica-educativa-escolar-use-of-digital-technologies-in-education-school-modification-of-practice.html>> Acesso em: 08 mai. 2021.

NÓVOA, Antonio. (Coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa-Portugal: Dom Quixote, 2002.

REVISTA NOVA ESCOLA. **Educação Midiática e BNCC: saiba como aplicar com a sua turma**. Disponível em <<https://novaescola.org.br/conteudo/18420/como-trabalhar-educacao-midiatica-em-salade-aula>> Publicado em 08 out. 2019.

ROSSINI, Patrícia Gonçalves da Conceição. **O papel do cidadão nas ferramentas de democracia digital no Brasil: uma análise do desenho interativo das comunidades legislativas do portal e-democracia**. Revista Compólitica, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 111-134, ago./dez. 2014.

SHIRKY, C. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SOCHER, Paulo Roberto *et al.* **O cidadão nas políticas públicas: realidade ou utopia?** Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 2, n. 1, 2010.

VALENTE, José Armando; ALMEIDA, Fernando José de. **Visão analítica da informática na educação no Brasil: a questão da formação do professor**. Revista Brasileira de Informática na Educação, Florianópolis, v. 1, 1997.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **O conceito de Tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.